

Relatório periódico quadrienal sobre as medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais

1. Informações gerais

(Estimativa: 250 palavras)

Pag. 1

(a) Nome do Estado Parte - *Brasil*

(b) Data de ratificação - *16/01/2007*

(c) Processo de ratificação - *Processo parlamentar*

(d) Contribuição total ao FIDC (até esta data) - *US\$ 50,000*

(e) Organismo responsável pela preparação do relatório – *Ministério da Cultura*

(f) Ponto de contato designado oficialmente – *Giselle Dupin, coordenadora da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura*

(g) Data na qual o relatório foi preparado – *fevereiro a abril de 2012*

(h) Nome do responsável por assinar o relatório – *Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura*

(i) Descrição do processo de consulta estabelecido para a preparação do relatório – *A participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas e nas decisões de governo tem sido um dos pilares da política do Estado brasileiro, expressa, dentre outras iniciativas, na institucionalização dos conselhos paritários. Na área da Cultura, ela se expressa com as conferências nacionais de cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural, criado em 2005, e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (cf. capítulo 3 deste relatório). Para elaboração deste relatório, o Ministério da Cultura optou por formar um Grupo de Trabalho, e sua submissão às referidas instituições.*

(j) Nome do ou dos representantes das organizações da sociedade civil participantes

Título	Prenome	Sobrenome	Organização	Função
Sra.	Virgínia	Menezes	Conselho Nacional de Política Cultural	Conselheira
Sr.	Washington	Queiroz	Conselho Nacional de Política Cultural	Conselheiro
Sr.	Amílson	Godoy	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	João Januário	Guedes	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	Tuchaua	Rodrigues	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	José Márcio	Barros	Observatório da Diversidade Cultural	Diretor
Sr.	Geraldo	Moraes	Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural	Presidente

Resumo do Relatório

(máximo: 500 palavras)

Pag. 2

No resumo, queira identificar os principais resultados e desafios na implementação da Convenção. Queira indicar também, se for o caso, as perspectivas para o futuro.

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou a participação social na gestão das políticas públicas, e determinou o respeito do Estado brasileiro ao patrimônio e à diversidade cultural. A cultura era tratada em conjunto com a educação até 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura para garantir o acesso universal aos bens e serviços culturais. Essas tarefas eram cumpridas por uma estrutura ministerial que atendia o patrimônio edificado e as atividades artísticas. A partir de 2003, ampliou-se o escopo de sua atuação, incorporando práticas e atividades culturais como as manifestações, conhecimentos e modos de vida tradicionais. As políticas e suas ações passaram a ser desenvolvidas para fortalecer, articuladamente, cada uma das três dimensões da cultura: construção simbólica, direito à cidadania, e atividade econômica. Então, o Ministério se reestruturou internamente (cf. [Anexo I](#)) e potencializou suas ações para o enfrentamento das desigualdades sociais existentes no país, ampliando o acesso de toda a população aos bens e serviços culturais, e inovando com a promoção do acesso das camadas mais populares aos meios de produção daqueles, à conexão digital e a uma maior participação social na construção da política. Neste sentido, o Ministério da Cultura trabalha com políticas que interagem de forma complementar e transversal, fortalecendo os direitos civis no campo da cidadania, com as áreas governamentais de educação, saúde, desenvolvimento social, trabalho, igualdade racial, direitos humanos, juventude, relações internacionais e outros.

Por outro lado, o Ministério vem construindo e fortalecendo um Sistema Nacional de Cultura com os governos estaduais e municipais, para: articular políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento; promover o intercâmbio entre os entes federados para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e o fortalecimento institucional; criar instâncias de participação e instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas. O Sistema Nacional de Cultura já conta com a participação de 883 municípios, e 18 dos 27 Estados da Federação. Para participar, os Estados e municípios necessitam instituir um plano de cultura, um fundo de cultura e conselho de política cultural consultivo, que tenha em sua composição, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente. O Ministério da Cultura vem cumprindo essas regras: criou, em 2005, o Conselho Nacional de Política Cultural, e aprovou, em 2010, um Plano Nacional Decenal de Cultura, elaborado com a participação democrática da sociedade civil, cujas diretrizes e metas apontam para a consolidação e maior efetividade das políticas culturais atualmente desenvolvidas. O governo brasileiro está, portanto, alinhado à meta e aos desafios propostos pela Convenção.

As perspectivas de futuro incluem a ampliação do trabalho intersetorial e a implementação do Plano Nacional “Brasil Criativo”, com ações de fomento à economia criativa, e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, plataforma de governança colaborativa e de transparência pública, que entre outras funções permitirá um monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Cultura e dos planos estaduais e municipais.

2. Medidas

(aprox. 6000 palavras)

Pag. 3

As partes devem fornecer informação sobre as políticas e as medidas que elas adotaram para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território (nos níveis nacional, regional e local) e no nível internacional (principalmente transregional e transnacional).

A informação apresentada nesta seção do relatório está organizada em função dos seguintes temas:

- i) políticas culturais e medidas;
- ii) cooperação internacional e tratamento preferencial;
- iii) integração da cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável;
- iv) proteger as expressões culturais ameaçadas.

Questões chave:

As Partes devem responder, tanto quanto possível, às seguintes questões para cada tema:

- a) Quais são os principais objetivos da política ou da medida? Quando ela foi introduzida?
- b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram empregados para esta finalidade?
- c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?
- d) Qual foi o efeito ou o impacto dessa política ou dessa medida? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

2.1 Políticas e Medidas Culturais

Pag. 4

Esta seção tem como objetivo relatar as políticas culturais e medidas em vigor que favorecem a promoção da diversidade das expressões culturais nas diferentes etapas da criação, produção, distribuição, difusão e participação/fruição.

Pode tratar-se de medidas que:

o favorece a criatividade,

o fazem parte de um ambiente favorável aos produtores e aos distribuidores,

o asseguram o acesso do grande público às diversas expressões culturais.

Pode tratar-se de medidas regulamentares ou legislativas, orientadas para a ação ou em forma de programas, de medidas institucionais ou financeiras. Elas podem ter como objetivo enfrentar circunstâncias especiais e responder às necessidades de certos indivíduos (por exemplo, as mulheres, os jovens) ou de grupos (por exemplo, as pessoas que pertencem às minorias ou os povos autóctones) enquanto criadores, produtores ou distribuidores de expressões culturais.

Para qualquer informação suplementar sobre os tipos de medidas a serem informadas, queiram consultar o artigo 6, Direitos das Partes no nível nacional, e as diretrizes operacionais adotadas para o artigo 7, sobre as medidas destinadas a promover as expressões culturais.

2. Medidas

POLÍTICA / MEDIDA 1

Nome da Política: Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção	X	Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
X	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

O Programa foi instituído pela Lei 8313, de 1991, com a finalidade de fomentar a atividade cultural por meio de três mecanismos de financiamento: Fundo Nacional da Cultura, destinado a apoiar projetos em áreas artísticas e culturais com menor inserção de mercado, prioritariamente aqueles de enfoque regional e caráter multiplicador; Incentivos Fiscais – estímulo ao financiamento de projetos culturais por meio de renúncia de receita tributária do imposto sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas que aportam recursos a esses projetos; Fundo de Investimento Cultural e Artístico, operado por instituição financeira, destinado a projetos com viabilidade comercial e perspectivas de repartição de lucros.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Os projetos que pleiteiam apoio ao mecanismo de Incentivos Fiscais do Programa são avaliados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, formada por representantes do Ministério da Cultura e da sociedade civil e presidida pela Ministra de Estado da Cultura. O Fundo Nacional da Cultura é gerido pelo próprio Ministério da Cultura, com a participação da Comissão do Fundo Nacional da Cultura,

2. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 6

colegiado interno de caráter consultivo. Os recursos são alocados de acordo com a recomendação da Comissão, para aprovação ministerial.

Ao longo dos 20 anos do Programa Nacional de Apoio à Cultura, foram aprovados 80 mil projetos no mecanismo de incentivo fiscal, e 30 mil no Fundo Nacional. No período de 2007 a 2011, foram aprovados 33.073 projetos pelo mecanismo de incentivo fiscal. ([Anexo II](#))

Órgãos responsáveis: *Secretaria Executiva, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, e Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura.*

Recursos: *R\$ 5.380.613.052,72*

a) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

O PRONAC foi instituído para substituir a Lei de apoio à cultura nº 7505, de 1986, que fora extinta no ano anterior e era a única política pública federal destinada à área da cultura. Embora preveja três mecanismos de financiamento, o que mais se destacou foi o incentivo fiscal, que recebeu forte incremento de recursos desde sua criação. Como o Estado se absteve de induzir a distribuição equânime desses recursos, o principal desafio hoje enfrentado é reverter a forte concentração de investimentos na região Sudeste, a mais rica do país. Para tanto, o Ministério da Cultura propôs a reformulação dos mecanismos de apoio, cujo projeto de Lei tramita no Congresso Nacional.

b) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

X Local

X Regional

X Nacional

X Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

X Não

Sim

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 7

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: Programa Brasil, Som e Imagem

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira		Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
X	Outro: capacitação e preservação				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Fomentar toda a cadeia audiovisual e cinematográfica brasileiras, com ações dirigidas à inovação de obras e formatos, capacitação dos agentes, preservação e difusão do patrimônio audiovisual, apoio financeiro e suporte técnico à produção de curtas-metragens e ao desenvolvimento de roteiros, e articulação com o circuito não comercial de exibição.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O Programa é implementado por meio de apoio a projetos de produção, difusão, distribuição, comercialização, preservação, infra-estrutura audiovisual e cinematográfica, formação e capacitação de entidades e profissionais da área audiovisual. São utilizados instrumentos legais do Programa Nacional de Apoio à Cultura: o Mecenato (captação de recursos por meio da renúncia fiscal) e o Fundo Nacional de Cultura (recursos orçamentários).

O Programa é de responsabilidade da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, e os projetos são selecionados por meio de chamada pública, com a participação de especialistas. A política é desenvolvida com quatro grandes ações:

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 08

I. Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais brasileiros – De 2007 a 2011, foram realizados 26 editais, que selecionaram 250 projetos. Foram financiados o desenvolvimento de roteiros cinematográficos e a realização de filmes de longa-metragem, curta-metragem de ficção, documentário ou experimental, curtas de animação, curtas infanto-juvenis. Em 2007, foram distribuídos 100 kits de equipamentos digitais aos projetos selecionados no Programa Pontos de Difusão Digital. Em todo o período, as obras realizadas com apoio do Ministério foram enviadas às redes de televisão, para veiculação aberta.

Também foram realizadas no período as iniciativas: DOC TV, Anima TV, Programadora Brasil, DocTV CPLP (2008), FicTV, Programa Setorial de Promoção à Exportação – Brazilian TV Producers, XPTA.LAB e Programa BR Games (cf. [Anexo III](#)).

II. Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais – Para difundir o cinema brasileiro, foram apoiados no período: a realização de eventos como a 7ª Conferência Internacional de Documentários, o IV Fórum Brasileiro de TV Digital, a File Games (2008) e mais de 50 festivais e mostras cinematográficas realizadas no Brasil e em cinco países; a participação brasileira no Festival de Cannes (2008); e a participação de realizadores e estudantes em eventos na área audiovisual, com passagens aéreas. Ainda na área da difusão, foi assinado (2010) um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação e o Governo do Distrito Federal, para a implantação de Cineclubes nas 87 escolas do ensino médio da rede pública do Distrito Federal.

III. Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual – Apoio à produção audiovisual independente, principalmente, por meio do Programa Olhar Brasil, que favorece a formação e o aprimoramento de técnicos e realizadores; e apoio ao desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do país, por meio dos Núcleos de Produção Digital. Em 2007, foi realizado um Programa de Treinamento de Técnicos de Cinema de Animação, e capacitados 43 profissionais do cinema, durante o V Congresso do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual. Em 2010, o Programa de Editais de Fomento à Produção Audiovisual deu ênfase às ações de formação.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 09

IV. Preservação de Acervos Audiovisuais – *A Cinemateca Brasileira desenvolve ações para ampliar a produção, difusão, exibição, preservação e acesso às obras audiovisuais brasileiras, e promove a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica. Em parceria com o Instituto para a Preservação da Memória do Cinema Brasileiro, a Cinemateca trabalha na restauração e criação de matrizes digitais de alta definição de filmes produzidos nos anos 1930 e 1940, com o objetivo de criar cópias de qualidade para lançamento em home video, teledifusão e disponibilização para download, ampliando as possibilidades de acesso do público à memória cinematográfica do país. O Programa de Restauro da Cinemateca, executado em parceria com a Petrobras, restaurou acervo histórico de filmes em preto-e-branco e coloridos, em 16 e 35 mm.*

O Centro Técnico de Atividades Audiovisuais trabalha com difusão, pesquisa, formação, fomento e empréstimo de equipamentos de som e imagens para a produção audiovisual independente. Desde 2008, esse Centro apóia a produção audiovisual brasileira de caráter cultural, técnico e científico.

Órgão responsável: *Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.*

Recursos: *R\$60.000,00 milhões (2007/2010)*

c) **Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?**

Necessidade de: ampliar e democratizar o acesso aos bens culturais audiovisuais e às tecnologias digitais; diminuir as disparidades existentes entre as regiões do Brasil quanto ao acesso da população à produção audiovisual; e preservar a memória do audiovisual brasileiro. As maiores dificuldades para a implementação do Programa são a insuficiência de recursos para o atendimento das demandas, e a ausência de um sistema de dados consolidado sobre o setor audiovisual no país.

d) **A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?**

Local Regional X Nacional X Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

X Não Sim

Se sim, qual foi o impacto? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 10

POLÍTICA / MEDIDA 3

Nome da Política: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional		Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
X	Outro: formação e articulação de redes sociais e comunidades			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Criado em 2004, o programa apóia e potencializar ações culturais já existentes na sociedade; reconhece e fomenta iniciativas e projetos de pessoas, grupos e instituições; amplia o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; estimula a autonomia, o protagonismo e o empoderamento social; e promove a gestão compartilhada da cultura entre o Estado e a sociedade civil.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O Programa concretiza o fomento por meio da seleção pública de projetos, que são em seguida premiados, conveniados ou fomentados pelo poder público. Essas iniciativas, reconhecidas como Pontos de Cultura, abrangem diferentes meios, linguagens artísticas e manifestações culturais, e são articuladas pelo Ministério da Cultura, governos estaduais e municipais. São realizados investimentos dos entes federados, com a participação de outros parceiros, como universidades, para implementação do programa.

Os Pontos de Cultura são entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de formação, produção e difusão cultural junto às comunidades locais. Não existe um modelo único de instalações, programação ou atividade. São aspectos comuns a todos os Pontos a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre Pontos, poder público e comunidades. Além do fomento à produção de conteúdos culturais e de registro da diversidade nacional, cada Ponto de

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 11

Cultura recebe um kit multimídia que inclui câmeras digitais, filmadoras e computadores, com uso de softwares livres, que permitem conexão via internet entre os Pontos.

Articulados em rede, os Pontos recebem apoio de unidades denominadas Pontões de Cultura, cujo objetivo é promover o intercâmbio e a difusão da cultura nas mais diversas linguagens e formas. Eles atuam com: ações de capacitação dos agentes de cultura e a formação cultural dos cidadãos; criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura; organização de festivais, encontros, fóruns e outras atividades que promovem trocas de experiências, articulação e organização dos Pontos (cf. [Anexo IV](#)).

Os encontros dos Pontos de Cultura de todo o país, chamados Teias, viabilizam e incentivam a convivência, a troca de informações e experiências, e promover a convivência. O Ministério promove também a cultura de paz e a pactuação em torno da diversidade cultural e dos direitos civis.

Para a implantação do Programa, o Ministério da Cultura contou com duas importantes parcerias. A primeira com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/04/051, que propiciou recursos técnicos especializados e logísticos. A segunda, com a Unesco, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional intitulado Intersetorialidade, descentralização e acesso à cultura no Brasil, para o desenvolvimento de estudos, projetos e ações voltados para a garantia do acesso aos bens, serviços e expressões culturais.

Órgão responsável: Secretaria da Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura.

Recursos: R\$ 237.408.969,45

c) **Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?**

Os principais desafios atualmente enfrentados pelo Programa estão ligados à baixa capacitação do seu público-alvo para lidar com os requisitos legais e processuais da burocracia estatal, ao que corresponde a incapacidade do próprio Estado em lidar com o tipo de organização da sociedade civil que compõe a maioria dos Pontos de Cultura. Tal situação vem sendo enfrentada por meio da capacitação do público alvo, bem como dos colaboradores do Ministério, no sentido de atender às necessidades deste público.

Por outro lado, foi iniciado um processo de elaboração de um novo marco legal, que traga os necessários ajustes neste nível de relação entre Sociedade e Estado.

Outros desafios identificados são: dificuldades mútuas de compreensão entre as entidades conveniadas e as diversas áreas do MinC em relação aos procedimentos relacionados com conveniamento e acompanhamento/fiscalização dos convênios. Muitas dessas entidades têm dificuldade de entendimento acerca do que constitui e como devem ser coletados e apresentados os elementos de uma prestação de contas, quando não acerca do processo de conveniamento em si. Isso leva a inúmeras tentativas frustradas das entidades em preencher os requisitos documentais necessários à realização e execução dos convênios.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 12

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

☐ Local

☐ Regional

☒ Nacional

☐ Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

☐ Não

☒ Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Pontos e Pontões são associações culturais que atuam local e nacionalmente na forma de redes sociais, em vários níveis. Já se verificam fortes impactos dessas redes nas comunidades e nas dinâmicas culturais locais. Em relação à gestão destas redes e do Programa, existem vários espaços de argumentação política, como os fóruns locais, regionais e nacionais, as comissões locais, estaduais e regionais de Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o que garante um espaço contínuo para os Pontos na elaboração e qualificação da política pública. Estas articulações em redes demonstram que o Programa se configura como uma novidade nas políticas culturais, porque vai além do repasse de recursos e de atividades culturais pontuais. O Programa investe na potência e capacidade de mobilização dos grupos culturais locais, que continuam fazendo o que já vinham fazendo, mas agora se inserem em universos mais amplos e plurais, a partir da sua inserção nas redes. Essa nova forma de fazer política pública impacta positivamente a comunidade, que se vê com um espaço cultural qualificado e enraizado, o que é muito importante na medida em que os Pontos se localizam em zonas de vulnerabilidade social, econômica e cultural, e às vezes se revelam o único equipamento cultural da comunidade.

Ainda são necessários esforços para que sejam percebidos todos os desdobramentos e impactos do programa, mas sua amplitude pode ser vislumbrada pelos seus números, reveladores da dinâmica cultural do Brasil. As informações hoje disponíveis mostram o potencial da iniciativa, mas ainda há necessidade de sistematização dos dados, especialmente dos pontos que integram as atuais redes constituídas e em implementação junto a 25 governos estaduais, ao governo do Distrito Federal, e a 54 governos municipais.

Quais são os indicadores?

A pesquisa “Cultura Viva - Avaliação do programa, arte educação e cidadania”, realizada pelo Ministério da Cultura em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2010, abrangeu 526 pontos de cultura e trabalhou com informações de 386 (73% do total). Os dados apontaram como média anual de frequência de público nas atividades dos Pontos de Cultura 2.636 pessoas.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 13

Outro elemento revelador dos impactos do programa são os indicadores de esforço que dizem que cada Ponto de Cultura mobiliza em média 11 pessoas de forma permanente, sendo quatro voluntários. Em média, tem-se 323 frequentadores habituais, 223 deles das comunidades. Aproximadamente 3.500 pessoas são frequentadores esporádicos, por Ponto. Além disso, as associações culturais estabelecem sistematicamente relações com instituições locais e muitas delas geram algum tipo de rendimento aos seus participantes.

A política está sendo estudada e acompanhada no âmbito da Universidade por um grupo de pesquisadores que já produziram tese, dissertações, monografias e artigos que estão nos bancos de dados das universidades e em três publicações, duas organizadas pelo Ministério da Cultura (2009 e 2010), e uma pelo IPEA (2011). Há também os estudos realizados ao longo do desenvolvimento do Programa, a partir de cooperação entre o Ministério e instituições de pesquisa, como a avaliação do Agente Cultura Viva realizada pelo Instituto Paulo Freire, a reflexão do CENPEC sobre o Prêmio Cultura Viva, e as duas pesquisas de avaliação do Programa, realizadas entre 2007 e 2010 pelo IPEA, uma com foco nos primeiros Pontos conveniados e a outra descrevendo as atividades desenvolvidas pelos Pontos e Pontões de Cultura (cf. [anexo IV](#)).

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 14

POLÍTICA / MEDIDA 4

Nome da Política: Programa Brasil Plural

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
	Outro			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Tendo como objetivos proteger e promover a diversidade cultural brasileira, por meio do intercâmbio, fomento e divulgação das expressões dessa diversidade, este programa tem características singulares, porque atende a setores da sociedade historicamente desfavorecidos, com dificuldades de relacionamento com o Estado, no tocante aos códigos de acesso a mecanismos de fomento à cultura. Portanto, o Programa se propõe a garantir que grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, tenham acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura, de promoção e intercâmbio cultural. Isto é realizado por meio do fortalecimento identitário, do fomento às atividades e da capacitação desses segmentos para que possam ser reconhecidos pela sociedade como produtores de bens e serviços culturais.

O programa também está alinhado com as principais reivindicações e programas do governo brasileiro relacionados aos Direitos Humanos, como: Estatuto da Igualdade Racial; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Programa Brasil Sem Homofobia; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Luta Antimanicomial.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 15

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Até 2011, o Programa foi implementado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura do Brasil, criada em 2004, em consonância com a Declaração Universal da Diversidade Cultural. As ações do Programa são: encontros, oficinas, mostras, publicações e apoio a projetos e iniciativas culturais propostos por pessoas físicas, grupo informais e pessoas jurídicas. Esse apoio dá-se com recursos do Tesouro e do Fundo Nacional de Cultura, por meio de editais de premiação, ou a partir da demanda dos proponentes (cf. [anexo V](#)). O público alvo são os Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira, tais como: povos e comunidades tradicionais – indígenas, ciganos e outros –, culturas populares, segmento LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento mental.

Órgão responsável: *Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura*

Recursos: *R\$ 30.635.616,25.*

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Recursos insuficientes para alcançar suas metas;

Ausência de recursos humanos e administrativos para lidar com a natureza específica do público alvo;

Inexistência de mapeamento do público alvo e de sua produção cultural;

Isolamento territorial de grande parte dos indivíduos e grupos que compõem o público alvo do Programa, como os povos indígenas e comunidades tradicionais;

Inexistência de espaços de diálogo institucionalizados, e desconhecimento, pelos gestores públicos, do modo de lidar com o público alvo;

Dificuldades do público alvo em lidar com os códigos de acesso aos mecanismos tradicionais de fomento à cultura, o que levou o Ministério à alteração da regra para envio de projetos, passando a aceitar a inscrição oral (gravada) aos editais públicos.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 16

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

X Local

X Regional

X Nacional

X Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não

X Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Ampliou a institucionalidade de uma concepção mais ampla de cultura nas políticas culturais;

Aumentou os recursos orçamentários específicos para os segmentos socioculturais atendidos;

Melhorou a distribuição dos recursos públicos para a cultura, fazendo chegar recursos a 62 dos 385 municípios que integram os territórios da cidadania, definidos como prioritários pela política de inclusão do Governo Federal, por serem locais onde chegam poucos recursos públicos para a área social, e raramente para a área da cultura;

Melhorou as condições de vida do público alvo, já que os recursos concedidos foram revertidos para as próprias comunidades, que os utilizaram na preservação, manutenção e desenvolvimento de suas manifestações culturais tradicionais;

Elevou a auto-estima das comunidades atendidas;

Reduzir o preconceito contra grupos étnicos e da diversidade sexual;

Incentivou governos estaduais a trabalharem com esse público alvo, replicando ações do programa, com adaptações locais, e criando órgãos específicos para este fim;

Ampliou o conhecimento sobre as manifestações culturais brasileiras;

Ampliou a capacidade de organização da sociedade civil atendida, com aumento da quantidade de associações, cooperativas e ONGs;

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 17

Ampliou a participação política e a cidadania dos segmentos atendidos, por meio da instituição de espaços de construção coletiva de diretrizes para as políticas culturais, tais como Grupos de Trabalho, Oficinas, Seminários e da própria Conferência Nacional de Cultura que, em sua segunda edição (2010), contou pela primeira vez com uma significativa participação de representantes dos povos indígenas, culturas populares, povos de terreiro e comunidades tradicionais, população afro-descendente, povos ciganos, segmento LGBT, agentes culturais da área da cultura da infância, jovens e pessoas idosas, além de pessoas em sofrimento psíquico, pessoas com deficiência. Essa participação resultou na criação de dois Colegiados – de Culturas Indígenas e de Culturas Populares – encarregados de subsidiar a participação política de seus respectivos representantes no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Propiciou a captação de recursos não orçamentários para alguns segmentos. Exemplos: recursos foram captados junto à empresa PETROBRAS – notadamente para os povos indígenas; junto ao Ministério da Saúde – para a saúde dos trabalhadores e para pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico; e junto ao banco público Caixa Econômica Federal.

Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

Volume dos recursos distribuídos diretamente aos indivíduos e grupos dos segmentos atendidos, por meio de prêmios e bolsas; relatórios apresentados pelos premiados sobre o emprego dos recursos recebidos; leis e ações criadas pelos governos estaduais; número de participantes desses segmentos nos espaços de construção coletiva de políticas culturais; e recursos não orçamentários captados.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 18

POLÍTICA / MEDIDA 5

Nome da Política: *Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar		Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional	X	Empresas culturais
	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política ou da ação? Quando ela foi tomada?

Promover o desenvolvimento econômico da cultura, por meio do fortalecimento das atividades e cadeias produtivas, a circulação de bens e serviços, a inovação tecnológica, a criação de novos produtos, formas de difusão e modelos de negócio. Foi implementada de 2008 a 2010. Em 2011, essas atribuições foram transferidas para a nova Secretaria de Economia Criativa.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(eis) por sua implementação e que recursos foram previstos para esse fim?

Foi implementada por meio de três principais ações do Ministério da Cultura: Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura, Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura e Promoção de Negócios de Economia da Cultura. Foram apoiados projetos e iniciativas culturais, apresentados por pessoas físicas e/ou jurídicas, por meio de recursos do Fundo Nacional de Cultura. Os convênios firmados para a promoção de negócios e de conteúdos apoiaram a realização de eventos que divulgam e negociam produtos e serviços de setores culturais variados como a música, a moda, o artesanato e as artes plásticas.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 19

Foram realizados estudos e publicações: duas edições do livro “Cultura em Números”, e consolidação do “Índice de Gestão Municipal em Cultura”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, trabalho que quantificou os instrumentos culturais utilizados pelas prefeituras, e mensurou o apoio que a cultura recebe na esfera municipal. Ambos os projetos foram realizados em parceria entre o Ministério da Cultura e outras instituições: “Índice de Preços da Cultura”, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas; “Pesquisa de Informações Básicas Municipais” e “Caderno Cultura”, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e “Pesquisa sobre Consumo Cultural”, em parceria com o IBOPE. As publicações e consolidações foram importantes para a organização dos primeiros dados e formatação de séries históricas da cultura brasileira, e como base de apoio para o planejamento nos anos seguintes.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas Culturais

Recursos: R\$ 24.291.390 (2007-2010)

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

A Economia da Cultura é um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento. Neste sentido, o primeiro desafio foi a criação, no Ministério da Cultura, de uma política de desenvolvimento da Economia da Cultura. Essa política deve trazer respostas para os novos padrões tecnológicos (TI, TV digital, games, cinema digital etc.) e de negócios (comércio digital, licenciamentos, creative commons etc.), bem como para as disputas internacionais sobre a regulação de mercados, e as questões pertinentes à propriedade intelectual.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional ☒ Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado? Se sim, qual foi o impacto?

☒ Não Sim

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 20

POLÍTICA / MEDIDA 6

2.1.1. Nome da Política: Programas de Produção e Difusão Cultural

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Implementados de 2008 a 2011, esses Programas têm como principais objetivos: o incentivo à produção e à capacitação de artistas; o desenvolvimento da pesquisa; a preservação da memória; a formação de público para as artes no Brasil; e a ampliação do acesso dos brasileiros à cidadania cultural e a produção de arte de qualidade. A responsável pelos programas é a Fundação Nacional de Artes — Funarte, órgão ligado ao Ministério da Cultura que tem como objetivos: desenvolver políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo; contribuir para o tratamento e a conservação de toda a documentação produzida nessas áreas, e para a preservação da memória cultural do País.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Divididos em dois macroprocessos – o fomento ao desenvolvimento das artes e a difusão de atividades artísticas –, esses programas são implementados por meio de: concessão de bolsas e prêmios; projetos de circulação de artistas e bens culturais; oficinas e cursos de capacitação; publicação de livros sobre artes; recuperação e disponibilização de acervos; consultoria técnica; e apoio a eventos artístico-culturais no Brasil e no exterior.

Ações desenvolvidas (Cf. [anexo VI](#)):

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 21

1. *Produção e Difusão Cultural* – Intensa programação cultural, realizada por processo seletivo público e democrático, e disponibilizada ao público com ingressos a preços acessíveis, em espaços culturais públicos em quatro grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

2. *Música e Artes Cênicas* – São consideradas três grandes áreas musicais: erudita, popular e bandas. Música popular: fomento à criação e produção de obras, produtos e projetos; estímulo à circulação e divulgação de trabalhos musicais diversificados: qualificação e difusão de conhecimentos. Ações: apoio a festivais e mostras de música; manutenção de equipamentos para apresentações musicais; apoio à produção e difusão de CDs prensados ou virtuais, através de editais públicos; estímulo à circulação de artistas e técnicos no território nacional, por meio de editais públicos; apoio a iniciativas de capacitação e aperfeiçoamento de artistas e técnicos; articulação do setor da música em rede, e promoção de debates acerca das políticas públicas específicas; disponibilização ao público de um vasto acervo de gravações, partituras, depoimentos, textos e entrevistas; edição de livros.

Música Erudita: i) apoio à manutenção e ao crescimento de orquestras sinfônicas, de cordas e de câmara, em todo o Brasil, e promoção de cursos de técnica de regência, dinâmica de coro, técnica vocal e percepção musical; ii) Circulação de Música de Concerto, com seleção de projetos para realização de concertos e recitais em todo o país; iii) Concertos Didáticos nas Escolas; iv) Bienal de Música Brasileira Contemporânea – realizadas desde 1975, apresentam obras de criação recente. Constitui, pela sua abrangência e duração, o mais importante evento brasileiro no gênero. Gravações sonoras dos concertos.

Projeto Bandas: estimula o funcionamento de conjuntos de sopro e percussão tradicionalmente designados como “bandas de música” (e que não se confundem com “bandas de rock”, “bandas de pagode”, “bandas folclóricas” etc.). Apoio financeiro para aquisição de instrumentos, aperfeiçoamento profissional teórico e prático para mestres e músicos.

Para o apoio às artes cênicas são considerados: teatro, dança e circo. Para cada área, são realizados editais de premiação para montagem e para ocupação de espaços cênicos; e cursos de capacitação e bolsas.

3. *Brasil Patrimônio Cultural* – visa a identificar, preservar e valorizar os patrimônios culturais artísticos brasileiros, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade. Desenvolve projetos de preservação e disponibilização do acervo artístico, por meio de procedimentos de higienização, conservação, restauração, processamento técnico, acondicionamento e digitalização.

4. *Programa Engenho das Artes* – tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no país, principalmente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e artes integradas. O Programa faz a necessária ponte entre criação, produção e acesso, com foco nas linguagens artísticas e em sua multiplicidade de vertentes. Promove a circulação do trabalho de artistas e o acesso do público a essas criações em todas as regiões do país. São desenvolvidos e apoiados espetáculos, oficinas, festivais e diversas outras atividades.

5. *Artes Visuais e Artes Integradas* – tem como objetivo estimular e difundir a produção contemporânea brasileira, ampliando os espaços de experimentação, investigação, reflexão e aprofundamento da expressão artística em nosso país.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 22

Órgão responsável: *Fundação Nacional das Artes - Funarte*

Recursos: R\$ 385.046.907,00

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Um dos grandes desafios é a necessidade de ampliar a transparência na aplicação dos recursos, que vem sendo respondida com a prática de editais públicos. Outro desafio é o desequilíbrio socioeconômico existente no Brasil entre as cinco regiões, que historicamente levou a uma concentração de recursos e, portanto, de oferta de bens e serviços culturais, na região Sudeste do país. A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas. Entende-se que o crescimento do acesso popular às artes e cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. O governo brasileiro vem enfrentando esse desafio promovendo a ampliação do acesso e a descentralização de recursos, levando a todas as regiões do país espetáculos, exposições, oficinas, festivais e diversas outras atividades artísticas.

Ao se tornar uma das instituições executoras do programa Mais Cultura, com o qual o Governo Federal incluiu a cultura em sua Agenda Social – a política estratégica de estado para reduzir a pobreza e a desigualdade social –, a Funarte tem contribuído para ampliar a “inclusão cultural” de áreas de vulnerabilidade social do país.

A instituição promoveu grandes programas de qualificação profissional e de intercâmbio, levando profissionais de todas as regiões brasileiras a sair de sua área de atuação, promovendo uma troca horizontal de conhecimento. Essa nova configuração garante a permanência de um dos maiores patrimônios do Brasil: a sua diversidade cultural.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local

Regional

X Nacional

Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado? Se sim, qual foi o impacto? X Não

Sim

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 23

POLÍTICA / MEDIDA 7

Nome da Política: *Política Nacional do Cinema*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação	X	Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional	X	Empresas culturais
	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

A *Política Nacional do Cinema*, implementada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), foi criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, em 2001, e tem entre seus princípios gerais a promoção da cultura nacional e da língua portuguesa mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria audiovisual e a garantia da presença de obras nacionais nos diversos segmentos de mercado. Essas diretrizes se consubstanciam nos objetivos legais da Ancine de: aumentar a competitividade da indústria brasileira; estimular a diversificação da produção nacional; fortalecer a produção independente e regional; estimular a universalização do acesso às obras; garantir a participação das obras de produção nacional em todos os segmentos do mercado interno e estimular sua penetração no mercado externo. Em 2011, os comandos da política pública para o audiovisual se expandiram de forma significativa com a edição de um arcabouço legal atualizado para a TV por Assinatura. A Lei nº 12.485/11 estabelece um novo regime de regulação e resgata preceitos sobre comunicação social da Constituição Brasileira, ampliando o escopo jurídico para atos em prol da diversidade na comunicação audiovisual de acesso condicionado. Como marco, a nova legislação ordena textualmente, entre seus princípios fundamentais, a inclusão dos princípios da “*Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*”.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 24

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O sistema de gestão federal das políticas públicas audiovisuais, redesenhado no início dos anos 2000, possui três instituições: i) o Conselho Superior do Cinema, órgão democrático de debate e formulação das políticas, e composto de forma paritária por nove Ministros e 18 representantes da sociedade civil e da indústria audiovisual (titulares e suplentes); ii) a Agência Nacional do Cinema (Ancine), que ocupa o duplo papel de órgão executor da Política Nacional do Cinema, e de agente regulador do mercado; iii) e a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, responsável pelas ações relativas à cultura cinematográfica e audiovisual, e à inovação de linguagem.

Para implementar a Política Nacional e regular o setor, a Ancine gere mecanismos de financiamento público e cotas de salvaguarda que garantem condições mais isonômicas para o desenvolvimento da atividade audiovisual no país.

Para o fomento, foi instituído o Fundo Setorial do Audiovisual, que financia projetos de todos os ramos da atividade, da produção à exibição. Também foram ampliados os programas automáticos de fomento (Prêmio Adicional de Renda e Prêmio Ancine de Incentivo à Qualidade), os acordos de co-produções internacionais e os mecanismos de renúncia fiscal, que beneficiam empresas contribuintes para que, em contrapartida, invistam ou patrocinem diretamente a produção audiovisual brasileira.

Para a salvaguarda dos produtos e das empresas nacionais, a Ancine regulamenta e afere o cumprimento das cotas de exibição da produção brasileira nos veículos de comunicação. A denominada “cota de tela” – obrigação de exibição de um percentual mínimo de longas-metragem nacionais nas salas de cinema – é utilizada no Brasil desde 1930, para combater a competição desigual com os conteúdos internacionais. Nos últimos anos, os cinemas tiveram que cumprir uma cota mínima de exibição de 3 a 14 filmes brasileiros diferentes, durante 28 a 63 dias por sala, dependendo do porte do cinema. Em 2011, o Congresso Nacional ampliou o escopo das salvaguardas para o segmento de TV por Assinatura, estabelecendo, por meio da Lei nº 12.485/11, cotas de programação e empacotamento para todas as empresas do setor atuantes no país.

Órgãos responsáveis: Conselho Superior do Cinema
Agência Nacional do Cinema
Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura

Recursos: R\$ 840 milhões (2007 a 2010)

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 25

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

A extensa dimensão populacional e geográfica do país, a desigualdade econômica, a opção por um desenvolvimento inclusivo e a nova posição do Brasil nas relações internacionais representam grandes desafios para a política setorial do audiovisual. Para maior avanço da política pública para o audiovisual, é necessária, por um lado, a ampliação dos recursos destinados a setores econômicos menos desenvolvidos. Por outro, demandam-se efetivas participação e avaliação dos riscos na atividade econômica pelos agentes privados.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional ☒ Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não ☒ Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Como consequência direta da política de fomento, o volume de recursos investidos pelo governo federal no audiovisual evoluiu: o montante em 2010 equivale, aproximadamente, a cinco vezes o disponível em 2002. O impacto disso foi que, em 2010, a bilheteria dos filmes brasileiros totalizou mais de 25 milhões de ingressos vendidos, com 75 filmes lançados comercialmente, atingindo 19% de participação no total de público. O desempenho, considerado o melhor dos últimos anos, pode ser creditado, principalmente, a dois fatores: ao salto qualitativo da produção nacional e à política pública.

Indicadores: números de filmes lançados, ingressos vendidos e participação no mercado.

Os principais indicadores utilizados para medir a efetividade das ações para preservação e desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro, são aqueles que auferem o desempenho das produções nacionais em salas de exibição. A receptividade do público brasileiro ao produto nacional veiculado em cinema é um termômetro da aceitação e da visibilidade da nossa cinematografia. O sucesso de bilheteria ou de crítica nesse segmento pode representar a longevidade de exploração do potencial comercial das obras nas janelas subseqüentes – DVD, TVs aberta e por assinatura, e outros segmentos.

A evolução dos indicadores comprova o acerto das políticas voltadas para o audiovisual e a necessidade de sua manutenção, visto que é possível averiguar o domínio do cinema estrangeiro, notadamente norte-americano, no mercado de exibição brasileiro (cf. tabela [anexo VII](#)). A atuação do Estado brasileiro no fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual nacional é fundamental para mitigar essa discrepância de resultados historicamente conhecida.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 26

POLÍTICA / MEDIDA 8

Nome da Política: *Programa Cultura Afro-Brasileira*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Objetivos? Quando ela foi introduzida?

Criado em 2008, esse programa tem como objetivo identificar, preservar, valorizar e promover as expressões afro-brasileiras, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade, na perspectiva de superação das desigualdades históricas existentes na sociedade brasileira.

Ele constitui uma resposta do governo brasileiro aos compromissos assumidos em tratados internacionais, especialmente o que resultou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, que estabeleceu a necessidade dos países membros implementarem políticas públicas que levassem à redução dos danos causados pelo tráfico de escravos, pela escravidão e pelos processos discriminatórios deles decorrentes. No Brasil, estes compromissos ficaram popularmente conhecidos como Reparação ou Políticas de Ações Afirmativas.

Em relação aos quilombos – como são conhecidas no Brasil as comunidades dotadas de relações territoriais específicas, fundadas por antigos escravos foragidos, com histórico de resistência à opressão sofrida –, além do objetivo de incluir essas comunidades nos programas sociais do governo federal, o Programa tem como objetivo proceder ao processo de sua identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras por elas ocupadas.

2.1. Políticas e Medidas Culturais

Pag. 27

b) Como foi implementada?

O organismo responsável pelo programa é a Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, e vinculada ao Ministério da Cultura, com a missão de promover a preservação, proteção e disseminação da cultura negra, visando a inclusão e o desenvolvimento da população negra no Brasil.

As principais ações do programa são: o fomento a projetos culturais de expressão afro-brasileira; o etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos; a promoção e intercâmbio de eventos culturais afro-brasileiros; e a proteção de bens culturais das comunidades negras tradicionais. São exemplos dessas ações: a formação de lideranças capazes de enfrentar conflitos decorrentes da reivindicação dos direitos de posse da terra; o fortalecimento e a organização das representações estaduais e regionais de quilombos; a formação e capacitação de gestores para a construção de parcerias, elaboração e implementação de projetos de etnodesenvolvimento.

Além disso, a Fundação firmou, no período, o registro e a certificação de 1.623 comunidades remanescentes de quilombos (cf. [Anexo VIII](#)).

Organismo público responsável: *Fundação Cultural Palmares.*

Recursos: R\$ 51.683.708,73

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

O Brasil é o país que tem a maior população negra fora do continente africano (50,7% do total de habitantes). Assim, os desafios do Programa estão ligados ao seu próprio público alvo – afrodescendentes e comunidades quilombolas –, que enfrenta dificuldades ligadas ao processo histórico de escravidão e de uma libertação dos escravos realizada no país sem que fosse acompanhada por nenhum tipo de reparação ou indenização, o que os jogou à margem da sociedade. Além disso, embora velado, ainda existe preconceito na sociedade brasileira contra os afrodescendentes. Portanto, em relação às comunidades de quilombos, os grandes desafios do programa são o seu fortalecimento identitário e cultural, e, ao mesmo tempo, assegurar que esses grupos historicamente excluídos e isolados tenham acesso não apenas aos bens e serviços culturais, mas também a serviços básicos de saúde, educação, justiça social e direito à propriedade.

d) Nível do impacto:

<i>Local</i>	<i>Regional</i>	<i>X Nacional</i>	<i>Internacional</i>
Impacto foi estudado?	X Não	Sim	

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 28

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as medidas visando a facilitar a cooperação internacional em geral e sobre as que prevêm um tratamento preferencial aos artistas e profissionais da cultura, bem como aos bens e serviços culturais dos países em desenvolvimento.

Pode tratar-se de medidas instituindo um marco legal, institucional e financeiro, de atividades que apóiam políticas e programas que:

- apóiem a mobilidade dos artistas e dos profissionais da cultura no exterior (enviados e recebidos);*
- assegurem um acesso mais amplo ao mercado para a distribuição de bens e de serviços culturais dos países em desenvolvimento por meio de acordos específicos;*
- reforcem as indústrias culturais independentes a fim de contribuir para o crescimento econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável;*
- visem a desenvolver capacidades institucionais e de gestão graças a programas de trocas culturais internacionais ou parcerias entre as redes e as organizações da sociedade civil.*

As Partes, particularmente os países desenvolvidos, indicam separadamente as medidas tomadas para favorecer o tratamento preferencial para os países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento se esforçam para identificar suas prioridades, necessidades e interesses específicos em matéria de proteção e de promoção da diversidade das expressões culturais, e devem fazer um relatório sobre seu plano de ação operacional, a fim de aperfeiçoar a cooperação internacional.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser relatadas, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito dos artigos 14 e 16.

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 29

POLÍTICA / MEDIDA 1

Nome da Política: *Cooperação internacional para o audiovisual*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Estrutura		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Mobilidade	X	Acordos de cooperação cultural	X	Construção institucional	X	Artistas/criadores
X	Acesso a mercado		Acordos de comércio	X	Investimento financeiro	X	Produtores/distribuidores
X	Fortalecer indústrias culturais independentes		Acordos de cultura e comércio		Transferência de tecnologia	X	Empresas culturais
	Desenvolver habilidades de gestão	X	acordos de co-produção/ co-distribuição		Construção de capacidades		Jovens
X	Trocar informações e expertise		outro		X networking/ desenvolvimento de parcerias		Mulheres
	Identificação de necessidades	X	Plano de ação operacional		Outro		Pessoas que pertencem às minorias
X	Cooperação Sul-Sul		Outro				Povos autóctones
X	Cooperação Norte-Sul						Outro
	Outro						

a) Quais são os principais objetivos da política?

Tendo como estratégia a cooperação internacional, o governo brasileiro executa três políticas visando ao desenvolvimento da indústria audiovisual: o estímulo a co-produções internacionais, o apoio à participação de filmes brasileiros em festivais internacionais e a representação do Brasil em organismos internacionais do setor audiovisual. Os objetivos são facilitar o acesso do produtor audiovisual nacional a fontes de financiamento e de apoio estrangeiras, e garantir a circulação do produto nacional nos mercados internacionais. Parte das ações realizadas se apóia no fato de o Brasil ser signatário de uma série de acordos e protocolos internacionais relativos à atividade audiovisual.

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 30

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(eis) para sua implementação e que recursos foram previstos para esse fim?

A política é implementada por meio de (cf. [anexo IX](#)):

▪ **Estímulo à co-produção internacional:**

Realização de programas de fomento direto, que concedem recursos e estimulam a troca de experiência entre profissionais dos dois países. Para atribuir o financiamento, são realizados concursos de projetos audiovisuais;

Promoção de encontros entre produtores audiovisuais de países com os quais o Brasil mantém acordos de co-produção para estimular o surgimento de parcerias, facilitar a negociação e o intercâmbio de informações.

▪ **Programa de apoio à participação de filmes brasileiros em festivais internacionais:**

O apoio às obras selecionadas pode incluir a confecção de cópia legendada, remessa da cópia e emissão de passagem aérea internacional para um representante do filme, conforme a categoria do festival;

Parceria com o Centro Técnico do Audiovisual do Ministério da Cultura, que confecciona cópias em suporte 35mm e digital de filmes brasileiros de longa, de média e curta metragem; envia essas cópias para os festivais; guarda e conserva cópias;

A promoção do cinema brasileiro no exterior também é realizada pelo programa Cinema do Brasil, realizado em parceria entre a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos, o Ministério da Cultura, Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e a ANCINE, que oferece serviços de apoio à distribuição e à capacitação.

▪ **Representação do Brasil em organismos internacionais do setor audiovisual:**

Conferência de Autoridades Cinematográficas da Iberoamérica (CACI): organismo internacional especializado em matérias audiovisuais e cinematográficas, criada em 1989 por meio do Convênio de Integração Cinematográfica Iberoamericana, para desenvolver a cinematografia dos países iberoamericanos. Mantém um fundo financeiro, com contribuições de seus países membros, que custeia os Programas Ibermedia e DOCTV IB (que fomenta a realização de documentários). Participam: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Honduras, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais – RECAM: órgão consultor do MERCOSUL em assuntos relacionados a cinema e audiovisual, formado pelas autoridades governamentais nacionais nessa matéria. Criada em 2003, com o objetivo geral de colaborar no processo de integração das indústrias cinematográficas e audiovisuais da região. A contribuição anual brasileira é de US\$ 48 mil.

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 31

Organismos responsáveis:

Agência Nacional de Cinema, ANCINE

Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX)

Ministério da Cultura

Ministério das Relações Exteriores

Recursos: R\$ 67,5 milhões (2006-2010)

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

No que se refere à negociação e assinatura de novos acordos de co-produção, os desafios são de ordem prática e diplomática. Há que se conseguir estimular o interesse da outra parte no estabelecimento de relações mais próximas com o audiovisual brasileiro, o que, em geral, implica em muitos meses, ou anos, de discussões bilaterais. Nos últimos anos, o governo brasileiro tem buscado agilizar esse processo, pois a assinatura destes acordos representa um papel importantíssimo no aumento das co-produções internacionais.

As ações de fomento direto voltadas para a cooperação internacional são coerentes com as diretrizes do Governo brasileiro, no sentido de estreitar laços com os mercados sul-americano, europeu e outros emergentes, buscando a promoção conjunta das obras audiovisuais e a intensificação dos intercâmbios profissionais entre agentes do mercado.

Talvez o maior desafio na manutenção dessas medidas seja a insuficiência de recursos disponíveis para sua consecução. Os editais de co-produção bilaterais podem multiplicar os efeitos desses recursos.

Um desafio considerável tem sido fazer com que os produtores brasileiros se capacitem para trabalhar com parceiros internacionais. Dado suas dimensões continentais, seu grande mercado interno e o relativo isolamento internacional em termos de língua oficial do país, os produtores brasileiros estiveram alijados de um contato mais constante com esta dimensão do audiovisual, voltando-se quase totalmente para as questões internas do país. Há aí, portanto, um longo trabalho de mudança de hábitos e aprendizagem a ser feito.

d) Nível do impacto:

<i>Local</i>	<i>Regional</i>	<i>Nacional</i>	<i>X Internacional</i>
Impacto foi estudado?	<i>X Não</i>	<i>Sim</i>	

Se sim, qual foi o impacto?

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 32

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: *Cooperação e Promoção Cultural*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Estrutura		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Mobilidade	X	Acordos de cooperação cultural	X	Construção institucional	X	Artistas/criadores
X	Acesso a mercado		Acordos de comércio		Investimento financeiro		Produtores/distribuidores
X	Fortalecer indústrias culturais independentes	X	Acordos de cultura e comércio		Transferência de tecnologia		Empresas culturais
X	Desenvolver habilidades de gestão		Acordos de co-produção/ co-distribuição	X	Construção de capacidades		Jovens
X	Trocar informações e expertise		Outro	X	Networking/desenvolvimento de parcerias		Mulheres
X	Identificação de necessidades	X	Plano de ação operacional		Outro	X	Pessoas que pertencem às minorias
X	Cooperação Sul-Sul					X	Povos autóctones
	Cooperação Norte-Sul-Sul		Outro				Outro
	Outro						

a) Quais são os principais objetivos da política?

Ampliar a cooperação cultural com países com os quais o Brasil tem maior identidade histórico-cultural, no fortalecimento da cooperação sul-sul e no incentivo ao intercâmbio cultural mundial. Destacam-se as relações com os países do MERCOSUL, da América Latina e Caribe, da África e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem redução das trocas culturais e relações comerciais tradicionalmente mantidas com as demais nações e regiões. Ademais, pretende-se trocar conhecimentos e informações, e desenvolver habilidades de gestão entre os países participantes das ações.

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 33

b) Como ela foi implementada?

Por meio de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais com os países do MERCOSUL, da América Latina e do Caribe, da África e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cooperação multilateral:

MERCOSUL Cultural – iniciativas de universalização do acesso à cultura; valorização da memória social e da diversidade cultural da região; facilitação da circulação de bens e serviços culturais, com criação do Selo MERCOSUL Cultural; promoção de intercâmbio técnico e artístico, e de atividades na área do audiovisual.

Espaço Ibero-Americano – busca pela superação de entraves comuns ao acesso à diversidade e ao fortalecimento das identidades culturais de cada país. O Brasil aderiu aos programas multilaterais criados e apoiados pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para as áreas de artes cênicas, orquestras, migrações, meios de comunicação e música. Por iniciativa do Brasil, foram criados programas para museus e o DOCTV Ibero-América, atualmente DOCTV América Latina.

No esforço de integração cultural regional, o Brasil promoveu encontros temáticos: 1º Encontro Sul-Americano das Culturas Populares (2008); 1º Encontro dos Povos Guaraní das Américas (2010); Congresso de Cultura Ibero-Americana (México, 2008; Brasil, 2009); II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas (2010).

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – O Brasil exerce papel articulador em prol do fortalecimento da Língua Portuguesa e das manifestações culturais lusófonas. Realização do DOCTV CPLP, criado em 2010, com resultados significativos.

Além disso, buscou qualificar sua participação em outros fóruns: União Sul-Americana de Nações (UNASUL); Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e Caribe; Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Acordos bilaterais culturais

Entre 2007 e 2011, foram assinados 32 instrumentos bilaterais, a maioria com países em desenvolvimento. Eles propõem políticas de intercâmbio cultural para aumentar o acesso dos bens e serviços culturais brasileiros aos mercados estrangeiros e vice-versa, e têm como desdobramentos a criação de Comissões Mistas Culturais.

Cooperação técnica – projetos realizados com Angola, Argentina, Benin, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Cuba, Equador, México e Paraguai. Na África, também se intensificaram laços de cooperação com Senegal, Nigéria e África do Sul.

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 34

Agenda estratégica com novos grupos de países emergentes:

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

Países árabes – nova frente de intercâmbio cultural. O Brasil realizou a II Reunião de Ministros de Cultura da Cúpula América do Sul/Países Árabes, ASPA, (2009), da qual participaram Ministros de Cultura de 34 países.

Promoção da cultura brasileira no exterior:

Europa – o Governo brasileiro promoveu turnês de artistas nacionais, apoiou projetos culturais de comunidades brasileiras, implementou Pontos de Cultura e realizou atividades culturais específicas, principalmente com Portugal, Países Baixos, Espanha, Itália, França, Alemanha e Reino Unido.

O Programa de Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura, que funciona com edital público, financia passagens aéreas para indivíduos e grupos convidados a participar, no exterior, de eventos ou cursos de formação na área cultural.

Após o Ano do Brasil na França (2005), foi realizado o Ano da França no Brasil (2009): tais eventos propiciam maior visibilidade para a diversidade cultural brasileira, despertando o interesse de vários países em realizar projetos semelhantes, ou ensejando propostas para que o Brasil seja país homenageado de feiras internacionais e eventos artísticos de repercussão mundial, como: a Feira Internacional de Arte Contemporânea (ARCO 2008); as Feiras do Livro de Santiago (2008), Santo Domingo (2009), Lisboa (2009) e Frankfurt (2013); o 23º Festival Europalia (2011-2012). Essas iniciativas propiciam a difusão da cultura nacional e a troca de experiências e boas práticas institucionais e de gestão. (Cf. [anexo IX](#))

As Embaixadas, Consulados e Delegações brasileiras no exterior realizam intensa programação cultural, difundir a produção artística nacional contemporânea e divulgar aspectos menos conhecidos da diversidade cultural brasileira no exterior.

Organismos responsáveis: *Ministério da Cultura e Ministério das Relações Exteriores*

Recursos: *R\$ 954.482.894,00*

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Necessidade de aumentar as iniciativas de cooperação com países não tão tradicionais no âmbito das relações externas do Brasil, mas com os quais o Brasil possui estreitos vínculos históricos e culturais;

2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial

Pag. 35

Necessidade de incrementar as trocas de conhecimentos e informações, e de desenvolver habilidades de gestão entre os países participantes das ações de cooperação.

Pode-se citar, ainda: dificuldades causadas pelas trocas de equipes governamentais, que prejudicam a continuidade de projetos; e a falta de recursos de países em desenvolvimento, tanto financeiros quanto tecnológicos, que dificultam a realização de reuniões presenciais ou mesmo por videoconferência.

d) Nível do impacto:

<i>Local</i>	<i>Regional</i>	<i>Nacional</i>	<i>X Internacional</i>
--------------	-----------------	-----------------	------------------------

Impacto foi estudado?	<i>X Não</i>	<i>Sim</i>
------------------------------	--------------	------------

Se sim, qual foi o impacto?

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 36

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as medidas destinadas a integrar a cultura enquanto elemento estratégico nas políticas de desenvolvimento e nos programas de assistência em todos os níveis (local, nacional, regional e internacional) e indicar a maneira como elas estão ligadas aos objetivos de desenvolvimento humano, especialmente a redução da pobreza.

Entende-se que as políticas de desenvolvimento sustentável devem ser formuladas, adotadas e implementadas com as autoridades competentes encarregadas da economia, do meio ambiente, das questões sociais e da cultura. As medidas que devem ser relatadas nesta seção devem levar em conta esta interdependência.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser relatadas, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito do artigo 13, Integração da cultura no desenvolvimento sustentável.

Além dessas medidas, as Partes devem indicar, se for o caso, que indicadores foram adotados em seus países para avaliar o papel e o impacto da cultura nos programas e nas políticas de desenvolvimento sustentável.

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 37

POLÍTICA / MEDIDA 1

Nome da política: *Edital Público “Economia Viva”, do Programa Cultura Viva*

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial		Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais	X	Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais	X	Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis	X	Jovens
X	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas	X	Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)		Desenvolvimento de competências/formação		Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) objetivos

O Edital Economia Viva é uma ação do Programa Cultura Viva. Realizado em 2010, teve o objetivo de incentivar a articulação de elos de sistemas produtivos da área cultural, em suas mais diversas vertentes artísticas. Como resposta à demanda por mecanismos de fomento que promovam sustentabilidade financeira, este edital tinha como principal finalidade premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade socioeconômica de grupos e organizações que se expressam por meio das diversas linguagens artísticas.

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 38

b) Como foi implementada?

Por meio de Edital Público aberto à participação de Pontos de Cultura, organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas e reconhecidas, por meio de convênio, como parceiras do Ministério da Cultura. Os candidatos apresentaram propostas com soluções criativas de produção cultural ou distribuição, nos diversos segmentos culturais. Um processo de seleção concedeu 12 prêmios de R\$ 100.000,00 cada um.

Organismo público responsável: *Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura*

Recursos: *R\$ 1.200,000,00 ou US\$ 654,521,00*

c) Desafios

Por seu caráter inovador – só recentemente as políticas públicas passaram a trabalhar a dimensão econômica da cultura –, este edital exigiu um trabalho de conceituação e delimitação de objetivos. Também era preciso que a sociedade compreendesse os propósitos do edital. Além disso, as iniciativas a serem premiadas deviam ser viáveis economicamente. Outro desafio foi a inovação no formato, pois, ao invés da tradicional estrutura de projetos utilizada nos editais do Ministério, os candidatos deviam apresentar um “plano de negócios sustentáveis”.

d) Nível do impacto:

*Local Regional **X** Nacional Internacional*

O impacto foi estudado? Se sim, qual foi o impacto? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

***X** Não Sim*

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 39

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: *Programa de Apoio a Microprojetos Culturais*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
	Governança participativa da cultura	X	Cooperação interministerial	X	Artistas/criadores
	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais	X	Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento		Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais		Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis	X	Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas		Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos	X	Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)	X	Desenvolvimento de competências/formação	X	Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) Quais são os principais objetivos da política?

Aumentar o dinamismo econômico de comunidades e municípios, por meio de concessão de apoio financeiro não reembolsável a pequenos projetos de artistas, grupos independentes e produtores culturais;

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 40

Ampliar o ambiente econômico e os investimentos no setor cultural, adotando como prioridade disponibilizar o acesso pleno aos meios de circulação e veiculação de bens e serviços culturais, podendo assim proporcionar sobrevivência, visibilidade e reconhecimento das expressões culturais regionais;

Incentivar, por meio de financiamento, a realização de projetos culturais de baixo custo, em comunidades de baixa renda e/ou com elevados índices de violência, por meio de seleção pública de projetos de orçamento reduzido;

Promover a inclusão social de jovens, e reduzir a violência.

b) Como ela foi implementada?

Desenvolvido pelo Ministério da Cultura em parceria com Estados, municípios e outros Ministérios, o programa foi criado em 2009, e financia projetos culturais de baixo orçamento, cujos protagonistas são instituições, grupos (pessoas jurídicas) ou agentes socioculturais (pessoas físicas) não contemplados pelos mecanismos tradicionais de financiamento. São contemplados projetos de artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual e artes integradas.

As regiões atendidas são identificadas como áreas de alta vulnerabilidade social. O programa já beneficiou três regiões: os municípios da região Amazônica, o semi-árido do Nordeste brasileiro e comunidades com altos índices de violência urbana, localizadas em 11 Estados da Federação. As propostas contempladas recebem de 1 a 30 salários mínimos (valor máximo de R\$ 15,3 mil).

Ao todo, foram selecionados e apoiados mais de 4.000 projetos. Em 2011, foram financiados 748 micro-projetos. Em 2012, será beneficiada a região da bacia do Rio São Francisco.

Nome dos organismos responsáveis:

Ministério da Cultura

Ministério da Justiça

Secretarias de Estado da Cultura dos Estados da região semi-árida

Banco do Nordeste.

Recursos:

R\$ 10.710.000,00

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 41

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Como trata-se de um programa que visa incluir, nas políticas públicas de cultura, segmentos da população que historicamente não têm acesso a ela, principalmente por desconhecer os códigos e ferramentas utilizados para tal, o primeiro desafio foi fazer chegarem a esse público alvo as informações sobre a existência do programa, e orientar os interessados sobre a elaboração das propostas.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local

Regional

X Nacional

Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

X Não

Sim

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 42

POLÍTICA / MEDIDA 3

Nome da Política: *Promoarte*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial		Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais		Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais		Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis		Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas	X	Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)		Desenvolvimento de competências/formação		Povos autóctones
		X	Desenvolvimento de parcerias/redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) Quais são os principais objetivos da política?

Apoiar grupos produtores de artesanato tradicional, com vistas ao seu desenvolvimento; qualificar e ampliar a presença do artesanato de tradição cultural nos mercados interno e externo; promover sua dinamização econômica.

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 43

b) Como ela foi implementada?

Criado em 2007, o programa atendeu, entre os anos de 2009 e 2011, 65 comunidades localizadas em 24 dos 27 Estados da Federação, e beneficiou um público direto aproximado de 4.200 artesãos e mais de 4.000 indivíduos indígenas. Foram desenvolvidas atividades de intervenção direta em quatro eixos: apoio à produção; apoio à comercialização; apoio à divulgação; e políticas públicas.

Os projetos foram elaborados com base em visitas de campo, aplicação de diagnóstico e reuniões sistemáticas com as associações e artesãos para reconhecimento do contexto socioeconômico e cultural, identificação de demandas apontadas pelos próprios grupos, parceiros locais e/ou seus representantes, e para estudo de viabilidade de aplicação dos projetos.

Ações implementadas: promoção do acesso à matéria-prima e seu manejo; aquisição de ferramentas e materiais operacionais de apoio; adequação de espaços de produção e comercialização; participação em feiras de âmbito nacional; realização de mostras com venda; produção de documentários etnográficos; criação de identidade visual e produção de publicações, como catálogos etnográficos, cadernos de memória e de padrões; estabelecimento de cerca de 100 parcerias com instituições diversas.

Organismos públicos responsáveis:

Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro

Ministério da Cultura

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Recursos: R\$ 7.500.000,00 = U\$ 4.098.000,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Incompatibilidade entre a informalidade do campo do artesanato e a burocracia do sistema de convênio; dificuldades de comunicação, acesso e prestação de serviços em muitas localidades.

Necessidade de:

- Estabelecer ações diferenciadas para o artesanato de tradição cultural, que garantam seu desenvolvimento sustentável;

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 44

- Integrar as políticas de apoio ao artesanato com as demais políticas sociais das diferentes esferas de governo;
- Estruturar os pólos artesanais em bases sólidas que permitam não só sua inserção, mas também sua permanência em circuitos estáveis e justos de mercado;
- Promover manejo adequado e uso sustentável de recursos naturais;
- Formar estoques renováveis de matéria-prima;
- Melhorar as condições de vida e de produção dos artesãos e artesãs;
- Preservar as práticas tradicionais de produção;
- Capacitar os artesãos para a gestão do negócio artesanal;
- Incrementar a comercialização e estabelecimento de pontos de venda que pratiquem preço justo para o artesão.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional X Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não X Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Ressaltando-se que o curto prazo de implantação e avaliação do Programa não permitiu conclusões mais definitivas a respeito de suas implicações sobre a vida social e econômica das comunidades, nem sobre a produção cultural dos sujeitos que dele participaram, foi possível destacar os seguintes resultados:

- Viabilização de espaços coletivos de trabalho e de encontro, o que resultou na melhoria da produtividade e possibilidade de atendimento das demandas em termos de qualidade, quantidade e dimensão das peças; aumento do estoque e armazenagem mais adequada dos produtos e da matéria-prima, com melhor conforto e higiene para os artesãos; continuidade da produção nos períodos de chuva; garantia de maior visibilidade do trabalho, com espaços de exposição; melhoria das vendas e, conseqüentemente, da remuneração e do poder aquisitivo dos artesãos; reconhecimento da comunidade como produtora daquele tipo de artesanato.
- Aquisição de ferramentas de trabalho resultou em melhores condições de trabalho, redução do tempo de produção das peças e maior número de artesãos envolvido na produção;
- Aumento da participação dos jovens.

O estudo aponta ainda para:

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 45

- *Necessidade de tratamento mais apropriado às questões de comercialização, embora as possibilidades de comercialização tenham sido ampliadas;*
- *Situação socioambiental das comunidades artesãs deve ser atualizada;*
- *Releitura da diversidade de contextos em que estão inseridas as comunidades artesanais;*
- *Necessidade de investimento maior na formação, não só no que se refere à apropriação e uso das ferramentas de gestão, mas também ao estudo da viabilidade econômica, formação de preços, estudo de mercado e práticas de comercialização.*

A avaliação dessa primeira fase do Programa foi fundamental para subsidiar reajustes e planejamentos para sua possível sedimentação. Assim, poderão ser constituídas as bases para o estabelecimento de uma política cultural para o artesanato.

Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

A análise da eficácia do Programa pautou-se nos seguintes critérios:

- *Melhoria do espaço de trabalho e do processo de fabricação, aquisição e conserto de ferramentas e/ou equipamentos de trabalho;*
- *Número de imóveis legalizados;*
- *Formas de apropriação dos conhecimentos adquiridos nas oficinas;*
- *Mudanças no fluxo de produção em função da facilitação do acesso à matéria-prima;*
- *Melhoria no transporte da matéria-prima e de peças para comercialização;*
- *Número de adesões de novos artesãos;*
- *Mudança do padrão de qualidade a partir das oficinas de capacitação;*
- *Introdução de instrumentos de gestão pelas associações e pelos artesãos;*
- *Número de vendas a partir da participação em feiras, mostras e exposições viabilizadas pelo programa;*
- *Mudanças nas vendas a partir da reforma dos espaços de exposição e venda;*
- *Número de organizações formais de produtores;*
- *Número de projetos de registro de marca iniciados no INPI;*
- *Número de logomarcas criadas e impacto na divulgação dos produtos;*
- *Número de pólos com espaços de memória reformados.*

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 46

POLÍTICA / MEDIDA 4

Nome da Política: *Criativas Birôs*

Queira marcar a opção correspondente. Mais de uma opção pode ser marcada

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial	X	Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais		Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais	X	Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis		Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas		Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)		Desenvolvimento de competências/formação		Povos autóctones
		X	Desenvolvimento de parcerias/redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) Quais são os principais objetivos da política?

Fortalecer e desenvolver a economia criativa nos Estados, por meio da disponibilização de informações, da realização de formações técnicas e competências essenciais de gestão, da geração de conhecimento, da prestação de serviços de consultoria e assessoria, da disponibilização de acesso a linhas de crédito, da promoção de articulações institucionais, além da criação e fortalecimento de redes e coletivos de profissionais e empreendedores criativos.

2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável

Pag. 47

b) Como ela foi implementada?

Está em processo de implementação. Em 2011, foram conveniados cinco projetos-pilotos em cinco estados, distribuídos nas cinco regiões brasileiras. A proposta é completar um Criativa Birô em cada uma das 27 unidades da Federação Brasileira.

Organismos responsáveis:

*Ministério da Cultura
Governos Estaduais*

Recursos: R\$ 6.000.000,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

O processo de articulação com os governos estaduais e a realização de múltiplas parcerias institucionais necessárias ao funcionamento dos futuros Birôs.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional X Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

X Não Sim

2.4. Proteger as Expressões Culturais Ameaçadas

Pag. 48

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as políticas públicas, medidas e ações tomadas pelas Partes para proteger as expressões culturais que são declaradas como sofrendo uma ameaça. Isto só ocorre se uma Parte tiver identificado previamente uma situação especial conforme o artigo 8.2 da Convenção.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser levadas em conta, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito dos artigos 8 e 17 sobre as medidas para proteger as expressões culturais submetidas a uma ameaça ou que necessitam de uma salvaguarda urgente.

Vocês Identificaram uma situação especial, conforme o artigo 8.2 da Convenção?

Não

☒ Sim

Se não, queira passar para a seção 3.

Se sim, essa situação especial poderia ser objeto de uma ação no âmbito de outras Convenções da UNESCO (por exemplo, a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de 2003)?

Não

☒ Sim

Se sim, queira passar para a seção 3.

Se não, queira responder às questões abaixo.

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 49

As Partes reconheceram o papel fundamental da sociedade civil para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais e se comprometeram em favorecer sua participação ativa nas atividades destinadas a realizar os objetivos da Convenção.

Esta seção tem como objetivo prestar contas do que as Partes têm feito para implicar a sociedade civil em suas atividades e sobre os recursos que elas empregam para assegurar sua participação, bem como sobre os resultados obtidos.

Ela foi igualmente concebida para incitar a sociedade civil a prestar contas das atividades empreendidas para implementar a Convenção, de acordo com seus papéis e responsabilidades descritos no artigo 11 da Convenção e em suas diretrizes operacionais.

3.1. Partes

As Partes devem fornecer informações sobre as medidas que elas tomaram para implicar a sociedade civil nas atividades visando a:

o promover os objetivos da Convenção graças a campanhas de sensibilização e outras atividades

Em 2008 e 2009, o Ministério da Cultura realizou um trabalho de divulgação da Convenção, para que seu conteúdo e seus objetivos sejam apreendidos por toda a sociedade brasileira, e especialmente pelos gestores públicos e privados de cultura. Foram realizados cinco seminários de dois dias de duração, e três oficinas de um dia, com o título Diversidade Cultural – entendendo a Convenção, em grandes cidades do país. O 1º seminário contou com a presença de convidados de organismos internacionais, como a Unesco, a OEA, a Unctad, a OMC, a Universidade Americana de Paris e a Rede Internacional para a Diversidade Cultural, além de organizações nacionais, como o Observatório da Diversidade Cultural, a Coalização Brasileira pela Diversidade Cultural, o Ministério das Relações Exteriores.

Durante o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, o Ministério promoveu uma série de oficinas sobre políticas culturais, em todos os Estados da federação, tendo como público alvo artistas, estudantes, pesquisadores e produtores de manifestações culturais diversas. Uma dessas oficinas teve como tema a Diversidade Cultural, e abordou o conteúdo e os desafios da Convenção de 2005.

Os gestores e técnicos do Ministério da Cultura participaram, enquanto professores, de diversos cursos de gestão cultural, alguns deles de caráter universitário, abordando o conteúdo e os desafios da Convenção. Um desses cursos foi realizado pelo próprio Ministério, em parceria com o governo do Estado da Bahia, e teve como público alvo os gestores estaduais de cultura.

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 50

Os gestores e técnicos do Ministério da Cultura participaram, como palestrantes convidados, de diversos seminários e congressos de cultura realizados em diversas cidades do país, abordando o conteúdo e os desafios da Convenção de 2005 (cf. [anexo XI.a](#)).

o coletar dados e recensear as atividades destinadas a compartilhar e a trocar informações sobre as medidas visando a proteger e a promover a diversidade das expressões culturais em seu território e no nível internacional.

O governo brasileiro apóia, desde 2007, as atividades do Observatório da Diversidade Cultural, ONG que tem dentre seus objetivos incentivar e realizar pesquisas e práticas inovadoras, desenvolver, orientar e participar de pesquisas e mapeamentos sobre a diversidade cultural brasileira.

Ministério da Cultura está criando um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, instrumento que visa a coletar, armazenar e difundir os dados e as informações culturais.

o elaborar políticas culturais prevendo locais onde suas idéias podem ser ouvidas e debatidas

A participação dos cidadãos nas decisões de governo tem sido, desde 2003, um dos pilares da política cultural do Estado brasileiro, expressa, entre outras iniciativas:

i) nas Conferências Nacionais de Cultura

Realizadas em 2005 e 2010, foram antecedidas de encontros municipais, estaduais e setoriais, que elegeram delegações para a etapa nacional. A primeira Conferência mobilizou cerca de 60.000 pessoas e a segunda contou com aproximadamente 226.000 participantes. Em ambos os eventos foram discutidas exaustivamente as políticas culturais, desde o nível local, passando pelo estadual até o nacional, chegando, ao final, a uma lista de prioridades votadas em grandes reuniões plenárias. Além dos delegados que vieram dos estados e municípios, fizeram-se representar os seguintes setores: arquitetura, arquivos, arte digital, arte visual, artesanato, audiovisual, circo, cultura afro-brasileira, culturas indígenas, culturas populares, dança, design, livro, leitura e literatura, moda, museus, música, patrimônio imaterial, patrimônio material e teatro. Na segunda Conferência, os encontros setoriais indicaram representantes da sociedade civil para integrar o Conselho Nacional de Política Cultural.

ii) na institucionalização do Conselho Nacional de Política Cultural

Criado por Decreto Presidencial em 2005, o Conselho foi efetivamente instalado em 2008. É um órgão colegiado integrante da estrutura administrativa do Ministério da Cultura, composto por 58 membros, sendo 29 representantes dos governos federal, estaduais e municipais, e 29 da sociedade civil (cf. [anexo](#)

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 51

XII). Entre suas atribuições está a de formular “políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional” (art. 5º do Decreto 5520). Sua pauta de discussões tem sido ocupada por temas relevantes para a cultura brasileira. Em 2011, foram discutidas as diretrizes e metas do Plano Plurianual de Governo, que tem validade para quatro anos; as propostas de revisão das leis de direito autoral e de incentivo à cultura; as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para 2011 e 2012; a definição e aprovação das metas do Plano Nacional de Cultura para o período de 2011 a 2020; e as interfaces entre o PNC e o Plano Nacional de Educação. Muitas dessas discussões, particularmente as que se referem às novas propostas de leis para a cultura, foram ampliadas para toda a sociedade. Por meio de consultas públicas, realizadas através da permissão de acesso a plataformas eletrônicas, qualquer cidadão pôde apresentar suas idéias e sugestões. Dessa forma, foi possível aprofundar a discussão das matérias, aperfeiçoar os projetos de leis e estabelecer metas de longo prazo para a política cultural brasileira.

iii) na elaboração do Plano Nacional de Cultura:

Primeira lei do governo brasileiro que cita a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais como marco legal.

iv) nas consultas à sociedade em geral sobre propostas de regulação da vida cultural, particularmente os projetos de leis de incentivo à cultura e de proteção dos direitos autorais.

Além do Conselho Nacional de Cultura, o Ministério da Cultura conta com outra instância deliberativa com a participação de representantes da sociedade civil, que é a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, responsável por analisar e opinar sobre as propostas culturais encaminhadas ao MinC para a obter apoio pelo mecanismo de incentivos fiscais previsto do Programa Nacional de Incentivo à Cultura. A Comissão possui sete membros titulares e 14 suplentes, todos representantes de entidades associativas ou empresariais de setores culturais e artísticos.

o implementar as diretrizes operacionais

Pode-se afirmar que toda a política pública desenvolvida pelo governo brasileiro está alinhada com as diretrizes da Convenção.

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 52

3.2. Sociedade civil

A sociedade civil pode fornecer informações sobre as atividades que ela realiza, especialmente:

o promover os objetivos e princípios da Convenção em seu território e nos fóruns internacionais

O Observatório da Diversidade Cultural promoveu as seguintes ações:

Criação da “Rede de Cidades pela Diversidade Cultural”;

Diversos Cursos e oficinas (cf. anexo XI.b);

Seminários: seis Edições do Seminário Internacional da Diversidade Cultural, com 1.280 participantes;

Publicações: “Diversidade Cultural e desigualdade de trocas – participação, comércio e comunicação” e “Pensar e agir com a cultura – desafios da gestão cultural”.

A Coalizão Brasileira para a Diversidade Cultural promoveu, no Brasil, dois Encontros Internacionais de Diversidade Cultural (2009 e 2011), com representantes de mais de 40 países, quando foram debatidos mecanismos para implementação da Convenção, por meio de políticas públicas e pela sociedade civil. A Coalizão dedica-se, atualmente, ao levantamento de dados sobre as alternativas de produção e difusão que estão revolucionando o cinema e o audiovisual no Brasil e no mundo.

o promover a ratificação da Convenção e sua implementação pelos governos

Os responsáveis pelo Observatório da Diversidade Cultural participaram, com palestras, informações, estudos e textos, da ação organizada pela Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, “Fórum Democrático para o Desenvolvimento”, para orientar as ações e projetos daquele órgão legislativo para os próximos 20 anos. Foram apontadas, principalmente, formas de garantir a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais nos 853 municípios do estado, com o envolvimento efetivo dos governos executivos e órgãos legislativos municipais com os princípios da Convenção.

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 53

o fazer ouvir as preocupações dos cidadãos, das associações e das empresas pelas autoridades públicas

A sociedade civil brasileira participa da criação, implementação e acompanhamento das políticas públicas de cultura, com assento no Conselho Nacional de Política Cultural, na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, nos Colegiados Setoriais que subsidiam o Conselho, e em diversos Conselhos Municipais e Estaduais de Cultura, dentre outros fóruns de participação democrática.

Foram promovidas três edições do seminário “Pensar e Agir com a Cultura”, com painéis abertos de discussão e debate entre artistas, gestores de ONGs, educadores, empresas e representantes dos órgãos públicos, com um total de 735 participantes. Também realizou oficinas de qualificação de atores sociais para o debate e a participação em instâncias colegiadas, com 330 participantes.

o contribuir para melhorar a transparência e a responsabilidade em matéria de governança cultural

Foram realizados dois cursos de pós-graduação Lato Sensu: “Gestão da Cultura”, com 375 horas/aula e 80 participantes; e “Mediação em Arte, Cultura e Educação”, com 360 horas/aula e 160 participantes.

o acompanhar a implementação das políticas e programas no âmbito das medidas destinadas a proteger e a promover a diversidade das expressões culturais

Foram realizadas três pesquisas, com os temas: “Diverso: comunidades de práticas de proteção e promoção da diversidade cultural”; “Construção de indicadores de diversidade cultural e cidadania”; e primeira etapa da pesquisa “Mapeamento de políticas públicas de proteção e promoção da diversidade de expressões – Projeto piloto em Belo Horizonte, Minas Gerais”.

A sociedade civil talvez deseje também compartilhar informações sobre:

o as atividades previstas para os quatro próximos anos, para implementar a Convenção

Está prevista a realização dos seguintes projetos:

- Mapear políticas públicas de proteção e promoção da diversidade de expressões em quatro cidades;*
- Promover seminários de difusão da metodologia e resultados desse mapeamento;*

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 54

- Criar o “I Prêmio nacional de promoção da Diversidade Cultural”, com quatro categorias: a) matéria jornalística, b) pesquisas e estudos, c) redação (para estudantes de ciclo básico e ensino médio), d) boas práticas em promoção da diversidade de expressões (para instituições do terceiro setor, empresas, projetos sociais);
- Aprofundar pesquisa conjunta com o grupo U-40 para construção de indicadores de diversidade cultural e cidadania;
- Desenvolver pesquisa sobre as políticas e programas de promoção da diversidade cultural no âmbito do governo federal e suas implicações nos grupos de diversidade e na sociedade civil;
- Organizar e acompanhar a “Rede de Cidades pela Diversidade Cultural”;
- Ministrando os seguintes cursos e oficinas: “Desenvolvimento dos Planos Municipais de Cultura e Políticas para a Diversidade” (64 horas/aula); “Mobilização Social e Política Cultural” (24 horas/aula); “Iniciação ao empreendimento criativo para jovens” (64 horas/aula); “Formação para mapeamento participativo” (64 horas/aula); “Modos de lembrar, esquecer e viver: memória e diversidade cultural” (30 horas/aula);
- Ação formativa “Educação para a Diversidade” (80 horas/aula); “Laboratório de experimentação criativa e artística com a diversidade cultural” (80 horas/aula);
- Publicar o livro “Novos desafios da diversidade: promover igualdade para promover diversidade”;
- Criar três Grupos de Trabalho de pesquisa, sobre os temas: Educação, mediações e diálogo intercultural; Diversidade cultural, políticas públicas e governança; Comunicação, espaço midiático e Diversidade;
- Realizar exposição fotográfica “Imagens da Diversidade”.

o os principais desafios encontrados ou antecipados e as soluções adotadas ou vislumbradas para enfrentá-los

3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil

Pag. 55

o Queira descrever quais organizações da sociedade civil contribuíram para esta seção do relatório:

Conselho Nacional de Política Cultural (cf. [anexo XI](#));

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (cf. [anexo XI](#));

Observatório da Diversidade Cultural: organização não-governamental que desenvolve programas envolvendo gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, para produzir informação e conhecimento, e gerar experiências sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. Está sediado em Belo Horizonte. Site: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/>

Coalizão Brasileira para a Diversidade Cultural: fundada em 2005, a Coalizão Brasileira da Diversidade Cultural faz parte da Federação Internacional das Coalizões, como fundadora e membro do seu Conselho Diretor, e trabalhou pela aprovação da Convenção. Atualmente, dedica-se ao levantamento de dados sobre as alternativas de produção e difusão que estão revolucionando o cinema e o audiovisual no Brasil e no mundo.

4. Principais resultados obtidos e desafios encontrados na implementação da Convenção

Pag. 56

As Partes e outras Partes implicadas devem compartilhar informações a respeito de:

a) os principais resultados obtidos na implementação da Convenção

- *Contribuiu para o estabelecimento de marcos legais nacionais, que deram sustentação às políticas públicas de proteção e promoção da diversidade das expressões culturais no país;*
- *Propiciou diretrizes e reflexões, por meio de ações de pactuação, intercâmbio, colaboração de saberes sobre as políticas públicas de cultura e os desafios propostos pela Convenção;*
- *Propiciou ampliação gradativa da compreensão e valorização, pela sociedade em geral, do papel da cultura no desenvolvimento e, portanto, das políticas públicas de cultura.*

b) os principais desafios encontrados ou antecipados

- *Assimilação gradativa da Convenção por parte da gestão pública federativa (união, estados e municípios);*
- *Dificuldades para envolver outras áreas do governo além da cultura;*
- *Insipiência de dados e de mapeamentos que permitam conhecer todas as expressões da diversidade cultural brasileira, e sua distribuição no território;*
- *Carência de estudos sobre o impacto das políticas implementadas, e de indicadores mais adequados.*

c) e as soluções adotadas ou cogitadas para remediá-los

- *Campanha de divulgação da Convenção;*
- *Criação de políticas nacionais com a participação dos entes federados, sociedade civil e parceiros que influenciem toda a federação;*
- *Criação de um Plano Nacional de Cultura para dez anos, com 53 metas que atendam as questões da diversidade cultural;*
- *Criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;*
- *Realização de parcerias com instituições que avaliem impactos das políticas.*

4. Principais resultados obtidos e desafios encontrados na implementação da Convenção

Pag. 57

d) as próximas etapas previstas para a implementação da Convenção nos próximos quatro anos, bem como as atividades prioritárias para esse período.

- *Implantar planos estaduais e municipais de cultura com ênfase na diversidade cultural;*
- *Implantar planos nacionais setoriais de cultura em 19 setores;*
- *Atingir as metas previstas no plano nacional de cultura;*
- *Criar um diálogo entre as Convenções do Patrimônio Imaterial e da Diversidade das Expressões Culturais, de forma a ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos meios de produção e difusão de suas expressões culturais;*
- *Promover e divulgar a diversidade cultural brasileira nos grandes eventos que o Brasil vai sediar – Conferência Rio +20 (2012), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas (2016).*